

João Araújo



Assunção Costa



A sociedade deve se mobilizar para exigir a aplicação do Decreto 5.296/04 e garantir os direitos das pessoas com deficiência. Essa foi a opinião comum dos senadores que participaram de videconferência no Interlegis. A Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, aberta ao público, prossegue até domingo com várias exposições. **Página 6**

## Receita investiga ex-dirigentes do PT. Delúbio volta à CPI

Declarações de renda da antiga cúpula petista contêm irregularidades. Ex-tesoureiro é convocado para participar de acareação com Marcos Valério

A revelação é da CPI dos Correios: entre os citados no esquema de caixa dois operado por Marcos Valério, pelo menos cem contribuintes estão sendo investigados pela Receita. O fisco detectou irregularidades nas declarações de rendimento de vários

deles, como os ex-dirigentes petistas José Genoíno, Sílvio Pereira e Delúbio Soares. Já o tesoureiro da campanha de Eduardo Azeredo em 1998 afirmou que o então governador só ficou sabendo do uso de caixa dois após as eleições. **Página 5**

## Com acordo entre os líderes, benefícios da MP do Bem devem ser votados na terça-feira

A votação da MP 255/05, com emendas que recuperam alguns dos benefícios contidos na extinta MP do Bem, pode ocorrer já na terça-feira, avaliaram ontem os senadores José Agripino e Aloizio Mercadante, após participarem de reunião de líderes partidários com o presidente Renan Calheiros. Falta apenas definir o conteúdo das emendas. **Página 3**



Gerardo Magela

Renan, com os líderes: votações em Plenário ontem deixaram a pauta liberada para apreciação da MP 255

**Plenário aprova MP que revoga a criação da Timemania**

**Página 3**

**Traficantes só poderão pagar advogado com dinheiro lícito**

**Página 4**

**Comissão decide convocar ministro para falar de aftosa**

**Página 4**

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Plenário homenageia aviador e FAB

A hora do expediente da sessão de hoje, às 14h, vai homenagear o Dia do Aviador e o Dia da Força Aérea Brasileira. Na ordem do dia, está o projeto que cria novo modelo para a gestão de florestas públicas, com a divisão das regiões em áreas de reserva ambiental, destinadas aos povos nativos, e áreas voltadas para a exploração econômica, restrita a empresas privadas, que teriam concessão de uso.

## Ex-presidente dos Correios e dono de construtora prestam depoimento

A partir das 14h, está prevista reunião da Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, para ouvir o ex-presidente da ECT Hassan Gebrim, acusado pelo ex-funcionário Maurício Marinho de ter envolvimento em irregularidades de licitações; e Paulo Nei Almeida, representante da construtora Espaço Aberto, responsável por uma obra onde foram encontradas irregularidades de R\$ 4 milhões.

## Sílvio Pereira fala à CPI dos Bingos

O ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira volta ao Congresso meses depois do seu primeiro depoimento. Desta vez, fala à CPI dos Bingos, às 11h, sobre o esquema de arrecadação ilegal do PT, as fraudes verificadas em municípios como Ribeirão Preto e Santo André e o conhecimento da cúpula petista sobre o esquema do "valerioduto".



## Projeto obriga lacres em latinhas de bebidas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 9h30, para analisar nove projetos, entre eles o que obriga a existência de tampas protetoras nas latinhas de bebidas de consumo imediato e o que altera requisitos para a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais (PLS 154/02).

## Sudene na pauta da CDR

O projeto que prevê a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) retorna à pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que tem reunião marcada para as 10h. O órgão, idealizado pelo economista Celso Furtado, funcionou de dezembro de 1959 a maio de 2001. A proposta está sendo relatada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).



## Respeito à pessoa com deficiência

Na programação de hoje da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, a partir das 10h, diversos eventos, incluindo exibição de capoeira, teatro de mamulengos, dança, coral e show de MPB. Todas as apresentações serão realizadas no Salão Negro do Senado, onde está montada exposição sobre o tema.

## Filme A Fronteira

Às 12h, no Auditório Petrônio Portella, será exibido em *avant première* o filme *A Fronteira*, sobre as operações ilegais de emigração de brasileiros para os EUA. A iniciativa é do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), presidente da CPI Mista da Emigração Ilegal. Estarão presentes o diretor Roberto Carminati e o presidente Renan Calheiros.

Audiência pública na Comissão de Educação debate projetos de Mesquita Júnior e Maguito Vilela

# Publicidade de bebida alcoólica em discussão

O coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado, sugeriu ontem, em audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE), a adoção de restrições de horário e de conteúdo à propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão.

Para ele, o tipo de propaganda veiculado atualmente induziria a "padrões de consumo perversos", especialmente entre os jovens, estimulando o consumo excessivo nos fins de semana.

O diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja, Luiz Eduardo Osório, citou estudos feitos em universidades norte-americanas para afirmar que a propaganda teria "pouco ou nenhum efeito" no total do consumo de bebidas alcoólicas. A sua observação foi contestada pelo professor Cláudio Jerônimo

da Silva, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

### Contestação

A constitucionalidade da proibição da propaganda – sugerida em dois projetos de lei dos senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), licenciado, e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) – foi questionada pelo diretor-executivo do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Edney Narchi.

Para ele, a regulamentação da propaganda de bebidas "mudou radicalmente" desde janeiro de 2004, por meio de iniciativas como a participação em comerciais apenas de pessoas com mais de 25 anos. E recordou que, segundo o artigo 220 da Constituição, a propaganda de bebidas alcoólicas está sujeita a "restrições legais" – e não a uma proibição total.

## Lúcia Vânia debate Lei do Ato Médico

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) reuniu-se ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com mais de 30 representantes da área de saúde contrários ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 25/02, conhecido como Ato Médico. Estavam presentes dois juristas convidados e a coordenadora da Frente Nacional pela Rejeição do PLS 25/02, Maria Tereza Resende, para discutir e entregar propostas ao substitutivo da senadora ao projeto.

## Bamerindus foi quebrado, diz Vieira

A Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras, presidida pelo senador Aelton Freitas (PL-MG), promoveu audiência pública sobre a liquidação do Banco Bamerindus e sua venda ao HSBC. Na reunião, o ex-presidente do Bamerindus, o ex-senador José Eduardo Andrade Vieira, responsabilizou o governo Fernando Henrique pela quebra da instituição, em 1997. "O Bamerindus não quebrou, foi quebrado", acusou.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151  
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, César Borges, Gilberto Mestrinho, Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, José Maranhão, Romeu Tuma e Sérgio Cabral e pela senadora Serys Slhessarenko



Acompanhado do deputado Neiva Moreira (E), José Reinaldo (C) é recebido por Renan

## Governador do Maranhão pede pressa na aprovação de empréstimo

O governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, pediu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pressa na aprovação de projeto que prevê a aplicação de US\$ 30 milhões do Banco Mundial e de US\$ 10 milhões do governo daquele estado em programa de combate à pobreza na região. O governador lembrou que se encerra no dia 18 de novembro o prazo para o estado receber os recursos do Banco Mundial.

Renan prometeu que, se o senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) pedir urgência para a tramitação da matéria, como já foi acertado com o governador Reinaldo Tavares, a iniciativa será imediatamente colocada em votação. O governador lembrou que o projeto tramita no Senado desde 2004 e que seu estado tem hoje o menor índice de desenvolvimento humano (IDH) do país. Por essa razão, argumentou, os recursos são fundamentais para reduzir a

pobreza de quase meio milhão de maranhenses.

### Propostas

O presidente do Senado recebeu ainda representantes da Federação das Associações de Empresas Controladoras de Vetores e Pragas que, acompanhados do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), entregaram uma proposta de regulamentação do setor. Os visitantes disseram que as normas esparsas existentes para combater pragas e vetores precisam ser integradas, a fim de que o Brasil aumente sua eficiência no controle de doenças urbanas e rurais.

Renan também se reuniu com o presidente da CUT, João Felício, acompanhado do deputado Vicentinho (PT-SP) e de outros dirigentes da instituição. Os sindicalistas pediram pressa do Senado na deliberação de matérias consideradas importantes para os trabalhadores, como a política de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo.

## Recursos são para o combate à pobreza, reforça Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) fez um apelo em Plenário para que os senadores votem o projeto que viabiliza empréstimo de US\$ 30 milhões do Banco Mundial para aplicação em programas de combate à pobreza no Maranhão.

– O estado precisa com urgência desse dinheiro – afirmou.



Capiberibe afirma que o Maranhão tem urgência na aplicação dos empréstimos

Segundo Capiberibe, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Lideranças negociam inclusão de artigos por meio de emendas à medida provisória sobre tributação na previdência complementar, que figura como primeiro item da pauta

## Senadores podem restaurar dispositivos da MP do Bem

A MP do Bem – ou parte dela – pode ressurgir na próxima terça-feira, segundo afirmaram ontem os líderes do PFL, José Agripino (RN), e do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Para que isso ocorra, as lideranças na Casa negociam a inclusão de seu conteúdo, sob a forma de emendas, na Medida Provisória 255/05 que prorroga o prazo de opção por regime alternativo de tributação para quem aderiu a plano de previdência complementar a partir de 1º de janeiro.

Após as votações de ontem, essa proposição se tornou o primeiro item da pauta do Senado.

Um pacote de medidas econômicas que foi ampliado durante a tramitação no Congresso, a MP do Bem (252/05) tratava de incentivos fiscais a exportações e renegociação de dívidas de prefeituras com a Previdência, passando pela alteração da tabela de classificação do Simples. Aprovada pelo Senado no último dia 5, a matéria acabou não sendo votada pela Câmara (devido a

discordâncias em relação a alguns de seus pontos) no prazo previsto, que se encerrou em 13 de outubro. Em razão disso, perdeu a eficácia por decurso de prazo.

Após encontro entre as lideranças, Agripino destacou que ainda não houve acordo sobre três questões: adiamento do pagamento de precatórios; valores das receitas que definem micro e pequenas empresas no regime do Simples; e taxa de juros utilizada na correção das dívidas de prefeituras com a Previdência Social.



Reunidos com Renan Calheiros (C), líderes partidários tentam acordo sobre a incorporação de normas da MP em nova proposta

## Renan apresenta PEC que garante recursos para segurança

O senador Renan Calheiros apresentou ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece percentuais mínimos de gastos com segurança pública para a União (15%), os estados (7%), o Distrito Federal (5%) e os municípios (1%). A PEC também proíbe que esses recursos sejam contingenciados sob quaisquer pretextos. Renan disse que é preciso uma legítima e democrática pressão pela aprovação da PEC, “para garantir a

proteção das pessoas que, mais do que nunca, precisam da proteção do Estado”.

Renan afirmou, em solenidade no gabinete da Presidência do Senado, que o orçamento do setor para 2005 é menor do que o de 2001 e defendeu a definição das fontes de financiamento.

– O Fundo Nacional de Segurança (FNS) é insuficiente. Nós executamos, em 2005, menos de 5% do FNS e isso não pode continuar – destacou.

Renan assinalou que as recentes pesquisas de opinião sobre o referendo que decidirá sobre o comércio de armas de fogo e de munição constatarem que a população tem na segurança pública a sua maior preocupação. Ele disse que cerca de 300 mil mandados de prisão estão parados, mas, mesmo que fossem cumpridos, não haveria prisões suficientes para essas pessoas. Além disso, frisou, o Brasil tem um déficit de quase 200 mil vagas prisionais.

## Prorrogação para prazos do Estatuto do Desarmamento

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão 24/05, proveniente da Medida Provisória 253/05, que havia prorrogado prazos contidos no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03).

Com a aprovação do projeto – que segue agora à sanção presidencial – fica confirmado o dia 23 de outubro como prazo final para possuidores e proprietários de armas

de fogo não registradas solicitarem registro mediante comprovação de origem lícita de posse ou entregá-las à Polícia Federal, com possibilidade de indenização. Uma emenda apresentada dilatou para 23 de dezembro o prazo para que residentes em áreas rurais que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover subsistência familiar requeiram porte na categoria “caçador”.

## Aprovada MP que revoga implantação de nova loteria

Foi aprovada ontem pelo Plenário a Medida Provisória 254/05, que revogou a MP 249/05, editada em maio, que instituiu a loteria Timemania, destinada a arrecadar recursos para o pagamento de dívidas de clubes de futebol com o governo.

Segundo o relator-revisor, senador José Maranhão (PMDB-PB), em seu parecer de Plenário favorável ao projeto, a criação

da loteria por meio de MP causou polêmica no Parlamento, diante da falta dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. Por isso, continuou o relator, o governo federal entendeu que a loteria deveria ser discutida por meio de projeto de lei e editou uma nova MP revogando a primeira. A matéria segue agora à promulgação.



Antonio Carlos, presidente da Comissão de Justiça, diz que proposta não impede ampla defesa nem limita atuação do advogado

Entre as propostas acolhidas pela CCJ está a que estabelece que membro de quadrilha terá defensor dativo caso não consiga comprovar a origem lícita de seus recursos

## Projeto impede réu de contratar advogado com dinheiro do crime

Os acusados de envolvimento no crime organizado e no tráfico de entorpecentes poderão passar a ser representados apenas por defensores dativos, caso não consigam comprovar a origem lícita dos recursos para pagar advogados. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

De autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a proposta, entretanto, faculta ao réu contratar profissional com recursos lícitos de terceiros.

Antonio Carlos esclarece que sua iniciativa (PLS 282/03) não visa cercear a ampla defesa ou limitar o exercício da profissão de advogado, mas apenas coibir abusos na sua contratação.

— Trata-se de medida necessária para coibir os abusos verificados quando grandes criminosos valem-se do produto de seus crimes para pagar honorários milionários a advogados, que, sem levar em conta princípios éticos e morais que devem nortear a advocacia, dão prevalência a interesses pessoais e vantagens materiais, ainda que de procedência criminosa.

### Novas regras para adoção de criança brasileira por estrangeiro

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) que amplia de 15 para 30 dias o prazo mínimo de estágio de convivência cumprido em território nacional, para a adoção de criança brasileira por estrangeiro que reside fora do Brasil.

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o prazo mínimo de convivência é de 15 dias para crianças até 2 anos de idade e 30 dias quando se tratar de adotando com mais de 2 anos de idade. Segundo Patrícia Saboya, o projeto (PLS 314/04) aperfeiçoa a legislação em relação à adoção internacional.

### Mais rigor para terceirização de serviço na administração pública

A adoção de regras e limites para a contratação de empresas terceirizadas pela administração pública é o que prevê projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos de substitutivo de Demostenes Torres (PFL-GO).

Tourinho argumenta, na justificativa da proposta (PLS 314/04), que o Decreto 2.271/97, que regulamenta a matéria, “é incompleto”. Ele esclarece que seu projeto teve origem nas denúncias de contratações indevidas e nas inúmeras ações civis públicas do Ministério Público da União (MPU) para tentar minimizar ou conter abusos.

### Livros em braille de graça ou a preço de custo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo de Serys Slhessarenko (PT-MT) ao projeto de lei de Heloísa Helena (PSOL-AL) que obriga o poder público a assegurar aos portadores de deficiência visual livros culturais e didáticos, inclusive de 3º grau, impressos em braille. A proposta (PLS 224/00) determina que esses impressos sejam distribuídos gratuitamente ou a preço de custo. A matéria será apreciada

ainda pela Comissão de Educação, onde a decisão é terminativa.

A CCJ aprovou também a redação, para votação em segundo turno, do substitutivo à proposta de emenda à Constituição que permite a concessão de licença-maternidade em caso de adoção. A proposição (PEC 31/00), da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), recebeu emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), permitindo também a licença-paternidade.



Proposta deverá ampliar inclusão de portadores de deficiência visual

## Ministro da Agricultura é chamado a esclarecer crise de aftosa no país

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimento para que o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, compareça ao Senado para esclarecer os focos de febre aftosa no rebanho bovino brasileiro. Outro requerimento acolhido prevê a realização de audiência com representantes do setor.

A proposta de convite ao ministro foi apresentada por Pedro Simon (PMDB-RS) e contou com o apoio de todos os senadores presentes à reunião. A audiência com especialistas foi requerida por Gilberto Goellner (PFL-MT).

Simon justificou sua iniciativa lembrando os anúncios de embar-

go à carne brasileira, o que pode trazer consequências “incomensuráveis” para o setor e desestabilizar a economia brasileira.

Goellner sugeriu audiência com representantes dos ministérios da Agricultura e da Fazenda, da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil e da Associação da Indústria Exportadora de Carne.

Para o presidente da CRA, Sérgio Guerra (PSDB-PE), a situação “é preocupante”. O senador licenciado Jonas Pinheiro (PFL-MT), designado por Sérgio Guerra como “consultor” da comissão, afirmou que o Brasil terá de vacinar compulsoriamente o rebanho brasileiro.



Comissão de Agricultura e Reforma Agrária também realizará audiência com especialistas

## Aprovado projeto de apoio a pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar

Projeto que cria o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-Açúcar (Proaf/Cana-de-Açúcar) foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposta, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), passará ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde terá decisão terminativa.

Na justificativa do projeto (PLS 392/03), Renan destaca que o setor sucroalcooleiro é estratégico para a economia brasileira. Segundo o relator da matéria, Aelton Freitas (PL-MG), a proposição foi apre-

sentada em momento propício.

A CRA acolheu também dois requerimentos de Ana Júlia Carepa (PT-PA) para realização de audiências com o objetivo de instruir matérias em análise na comissão. Um dos projetos, de Cristovam Buarque (PDT-DF), trata da destinação para a reforma agrária de terras nas quais seja identificado trabalho escravo ou infantil, ou, ainda, seja objeto de crime ambiental.

Outro projeto (PLS 153/02) a ser discutido em audiência é de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que prevê a criação do Programa Fronteira Agrícola Norte.

## Comissão pode apurar contaminação de águas subterrâneas do DF por benzeno

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode entrar na apuração do caso de contaminação, por benzeno, do lençol de águas subterrâneas na região de Sobradinho, no Distrito Federal. O presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), comunicou que designará relator para proposta de fiscalização e controle (PFC) de sua iniciativa, com base em denúncia trazida à

CMA pelo posto Brazuca contra a Petrobras.

Na reunião de ontem, a CMA também aprovou parecer de Serys Slhessarenko (PT-MT) com recomendação para que o Tribunal de Contas da União reveja a estratégia de apuração de irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) pela Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal.



Fayad fala, ao lado de Antonio Carlos e Garibaldi Alves: lucro de R\$ 60 mil em três apostas

## Fayad admite “vício em apostas”, mas nega ter subornado árbitro

Nagib Fayad, acusado de envolvimento na chamada Máfia do Apito, esquema de manipulação de resultados de partidas de futebol no Brasil, negou sua participação, ontem, à CPI dos Bingos. No depoimento, de uma hora e meia, ele admitiu, no entanto, ser viciado em apostas.

– Sou louco por jogo e apostas, é um vício meu, sou um jogador compulsivo – disse.

Fayad alegou que o juiz de futebol Edílson Pereira de Carvalho foi quem ligou para ele oferecendo “dicas de apostas” em alguns jogos do Campeonato Brasileiro e do Campeonato Paulista. O depoente destacou que Edílson ligava para ele e afirmava que iria manipular as partidas, mas não soube responder quem teria fornecido seu telefone ao juiz. Fayad assumiu ter aceito as dicas “por fraqueza” decorrente do vício em apostas.

Ele admitiu ainda ter aproveitado as sugestões do árbitro apenas em três jogos, Vasco *versus* Figueirense e Juventude *versus*

Figueirense, ambos do Campeonato Brasileiro, e América *versus* Palmeiras, do Campeonato Paulista. Fayad disse que ganhou cerca de R\$ 60 mil com apostas em dois desses jogos e que no terceiro não teria ganho nada. Afirmou também que fez três pagamentos de R\$ 10 mil para Edílson, referentes às “dicas”.

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), não vê necessidade de a comissão convocar o árbitro Edílson.

– Ele já foi punido, já foi preso. O que queríamos saber, e o depoente não acrescentou muito, era se essas apostas estavam ligadas a casas de bingos – resumiu Garibaldi.

Participaram ainda do depoimento os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), Tião Viana (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG), Romeu Tuma (PFL-SP) e Sibá Machado (PT-AC).

## Garibaldi refuta críticas de Jaques Wagner à atuação da CPI dos Bingos

Antes do depoimento de Nagib Fayad, o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), refutou as críticas do ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner, publicadas ontem pela imprensa. Wagner alega que setores do governo consideram que a CPI dos Bingos está “fugindo do foco” ao investigar suspeitas de corrupção em prefeituras petistas, como a de Santo André (SP).

O ministro declarou ainda que “algumas pessoas do governo”

pretendem entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para obrigar a comissão a alterar seu programa de trabalho.

Para Garibaldi, Wagner deseja que o Judiciário diga ao Senado “o que ele pode ou não pode fazer” e lembrou que o governo não tem legitimidade para impedir o “amplo poder de investigação” do Congresso Nacional. Ao contrário de Wagner, Garibaldi acredita que a investigação do caso Celso Daniel em Santo André está dentro do foco da comissão.

Simone Vasconcellos.

Participam da acareação, ainda, o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto; o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas; o assessor do PP João Cláudio Genu; o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri;

o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos, e José Luiz Alves, assessor do ex-ministro dos Transportes Anderson Aduato. Em depoimentos à comissão, todos eles admitiram ter sacado dinheiro, mas em valores bem inferiores aos

que constam da lista fornecida à CPI por Marcos Valério.

O relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), garantiu que a CPI fará a acareação em rigorosa ordem, sem cair na tentação de oferecer espetáculo à opinião pública.

Cem contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, integram lista de investigados pelo fisco. José Genoino, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e José Dirceu estão entre eles

# Receita encontra problemas nas declarações de dirigentes do PT

A Receita Federal detectou irregularidades nas declarações de rendimentos de 70 pessoas físicas e 30 empresas, entre as envolvidas com o caixa dois operado pelo empresário Marcos Valério. Das 71 que já estão sob investigação fiscal, 17 continuam falhas, entre elas as dos ex-dirigentes do PT José Genoino, Sílvio Pereira e Delúbio Soares. A revelação foi feita ontem pelo sub-relator de Fontes Financeiras da CPI dos Correios, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), após reunião com o coordenador-geral de Fiscalização da Receita, Marcelo Fisch, e com o delegado da Polícia Federal Luís Flávio Zampronha.

Fruet informou que o deputado José Dirceu (PT-SP) estará na



Delcídio Amaral (ao centro) conversa com delegados da Polícia Federal

lista dos que serão investigados pela Receita numa próxima fase. O sub-relator também revelou que Marcos Valério retificou sua contabilidade na Junta Comercial

em 16 de setembro, com folhas soltas, livros sem numeração e sem registro para acrescentar os empréstimos que supostamente teria feito ao PT.

## Tesoureiro diz que Azeredo só soube do caixa 2 após eleição

A campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) em 1998, quando ele disputou a reeleição para o cargo de governador de Minas Gerais, movimentou cerca de R\$ 12 milhões através do caixa dois. Porém, o candidato somente tomou conhecimento dessa contabilidade paralela depois da eleição e, não concordando com ela, eximiu-se de pagar as dívidas. Essas informações foram fornecidas pelo tesoureiro daquela campanha, Cláudio Roberto Mourão da Silveira, em depoimento ontem à Sub-Relatoria de Contratos da CPI Mista dos Correios.

Segundo o então tesoureiro, na campanha ele recorreu duas vezes ao empresário Marcos Valério: no primeiro turno, com um empréstimo emergencial de R\$ 2 milhões, e no segundo turno, com mais R\$ 9 milhões. Após a eleição, Mourão contou a Azeredo sobre os débitos com uso de caixa dois, mas o candidato se negou a aceitar a prática



Mourão contou que, ao ser informado das dívidas, Azeredo criticou uso do caixa 2

como legal e não admitiu pagar os débitos.

Em outro depoimento do dia, o ex-diretor comercial dos Correios Carlos Eduardo Fioravante rejeitou as conclusões da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) de que a estatal teria perdido R\$ 10 milhões com o aumento do pagamento de comissões, a partir da migração da rede própria para a franqueada de grandes clientes corporativos, como os bancos Itaú, Real, Unibanco e Santander.

## CPI terá acesso a dados das contas de Duda no exterior

A CPI dos Correios conseguiu superar os problemas para o acesso aos dados sigilosos da Promotoria de Nova York a respeito das contas do publicitário Duda Mendonça, informou o relator e deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). As informações devem chegar ao Brasil em uma ou duas semanas.

## Virgílio propõe investigação de gastos eleitorais

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), propôs a criação de uma sub-relatoria para investigar o uso de caixa dois em campanhas eleitorais. Ele defendeu apuração ampla de todas as possíveis irregularidades existentes nas contas de campanhas eleitorais, e não apenas para o caso do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

## Comissão define nomes para acareação com Marcos Valério

A CPI do Mensalão aprovou a participação do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares (que autorizou os saques nas contas bancárias) na acareação marcada para a próxima quinta-feira, com o empresário Marcos Valério e sua funcionária



Marcos Valério virá acompanhado de sua funcionária Simone Vasconcellos

Seminário no Interlegis avalia progressos na legislação que protege direitos das pessoas com deficiência, vê avanços, mas reconhece que há muito a ser feito

## Senadores cobram aplicação da Lei de Acessibilidade

A necessidade de mobilização da sociedade para a aplicação da chamada Lei de Acessibilidade (Decreto 5.296/04), a fim de garantir os direitos das pessoas com deficiência, foi o tema principal da abertura do seminário *Acessibilidade: passaporte para a cidadania*, ontem, no auditório do Interlegis, e por videoconferência nos 26 estados brasileiros.

O presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), afirmou que hoje a deficiência é tratada como uma questão social, ao contrário do que ocorria no passado, quando a situação era encarada como questão individual.

Flávio Arns (PT-PR) alertou sobre os problemas de acessibilidade, ao citar exemplos de pessoas que usam cadeiras de rodas e não têm acesso apropriado aos transportes coletivos.

– Precisamos transformar direitos em realidade, fazer cumprir a lei, essa é a principal mensagem do Senado para o Brasil com essa Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência – declarou.

O presidente do Senado, Renan

Calheiros, declarou que a distribuição de livros didáticos em braile e a formação de professores para o atendimento de pessoas com deficiência são exigências que não podem mais ser adiadas pelo poder público. Renan disse que “não existe desculpa para que a rede pública de ensino não esteja devidamente preparada para receber alunos com necessidades especiais” e que legislar e atuar em benefício de pessoas com deficiência é legislar e atuar em benefício de todos.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da Comissão de Assuntos Sociais, afirmou que muitos progressos foram verificados, nos últimos anos, em favor dessas pessoas, mas ainda falta transformação cultural para atender às necessidades delas.

Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou que os esforços do Senado para a realização do evento indicam que os parlamentares estão conduzindo políticas públicas para que o Brasil avance nessa área.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu apoio para extinguir, no Brasil, outra deficiência que, em sua avaliação, tem igual poder de limitar a ação das pessoas – o analfabetismo.

### Consea apresenta projeto de lei da segurança alimentar

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) apresentou ontem o projeto da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional durante seminário no Auditório Petrônio Portella, no Senado. O projeto, elaborado pelo Poder Executivo e encaminhado à Câmara dos Deputados no dia 17 deste mês, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar, com o objetivo de monitorar a situação nutricional da população. O evento contou com a participação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, de deputados federais e outras autoridades.

O presidente do Consea, Chico Menezes, ressaltou que o projeto, elaborado com a participação da sociedade civil, agora será debatido pela Câmara e, depois, pelo Senado. De acordo com Menezes, o principal ponto da proposta é a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, que definirá os direitos e deveres do poder

público, da família, das empresas e da sociedade em relação à alimentação adequada.

O projeto define a segurança alimentar como um direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais que tenham como base práticas alimentares promotoras de saúde e de respeito à diversidade cultural.

#### Suplicy

Na avaliação de Eduardo Suplicy (PT-SP), a proposta é importante porque poderá contribuir para a implantação de mecanismos que irão assegurar à população o repasse de informações adequadas sobre alimentação. A iniciativa, segundo o senador, também poderá reforçar os programas governamentais de combate à fome, pois define a segurança alimentar como um direito. Suplicy participa neste fim de semana da Conferência Anual da Rede de Parlamentares do Banco Mundial, em Helsinque, na Finlândia.



No auditório, lotado, do Interlegis, senadores e representantes de portadores com deficiência discutem como aperfeiçoar legislação

### Virgílio relembra as sete mortes do caso Celso Daniel

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) comentou ontem as mortes do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel e de mais seis pessoas que tiveram algum tipo de relação com a morte do prefeito ou com as investigações policiais do caso. Para ele, a seqüência de mortes é um “filme de terror” que assusta o governo, que faz de tudo para evitar as investigações do caso.

– Se o governo tinha medo, parece que agora não vai mais dormir – ironizou o líder.

Arthur Virgílio enumerou as mortes de outras pessoas envolvidas no caso, entre elas Dionísio Severo, que seria a ligação entre os seqüestradores do prefeito e aqueles que os contrataram. Preso, Dionísio foi morto na cadeia.

Em aparte, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) lamentou que o Executivo insistisse em não apurar a morte do ex-prefeito. Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) opinou que esse assunto, por si só, já torna o governo indigno de merecer o respeito popular.



Virgílio: caso Celso Daniel é seqüência de horror que assusta o governo

### Valadares: cidades devem estimular uso da bicicleta

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) informou ao Plenário que apresentará projeto que altera o Estatuto das Cidades, passando a exigir de toda prefeitura a inclusão de ciclovias (vias exclusivas para bicicletas) no plano diretor da cidade. Para ele, o uso das bicicletas só tem vantagens, que vão da economia de dinheiro com passagens à redução da poluição e melhoria das condições físicas das pessoas.

Valadares considera inaceitável que existam no Brasil apenas 600 quilômetros de ciclovias nos 5.500 municípios. O senador de Sergipe acredita que a exigência levará, rapidamente, a um aumento nos trechos das cidades destinados exclusivamente aos ciclistas, pois o Ministério das Cidades aprovou pouco mais de 50 projetos de ciclovias. Valadares informou que, em Aracaju, o prefeito Marcelo Déda já construiu mais de 5 quilômetros dessas vias.

A iniciativa foi aplaudida em apartes pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ).



Valadares considera inaceitável que só existam 600 km de ciclovias no país

### Maranhão lamenta atraso do Brasil no setor tecnológico

José Maranhão (PMDB-PB) comparou as trajetórias do Brasil e da Coreia do Sul nas últimas décadas, para demonstrar o atraso em nosso desenvolvimento científico-tecnológico em relação a países emergentes como os tigres asiáticos. Ele lamentou o pouco investimento do governo brasileiro na tecnologia de ponta nos últimos 30 anos e elogiou os resultados obtidos pelo país asiático.

– O Brasil tem ignorado a falta de investimentos em pesquisa, em ciência e em tecnologia. Eles tendem a voltar em forma de lucro e, por essa razão, devemos insistir nesse tema – defendeu.

Maranhão lembrou que a Coreia do Sul, em 1960, registrava índices de desenvolvimento inferiores ao Brasil, mas expandiu investindo, prioritariamente, em educação.

– A Coreia do Sul incentivou escolas técnicas. Jovens que lutaram na guerra foram, posteriormente, qualificados em escolas de ensino médio para prestar serviços à indústria – explicou.



Maranhão avalia que Brasil foi superado por não investir em educação

## César Borges critica declaração de Lula sobre crise política



César Borges

César Borges (PFL-BA) criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ter afirmado, na Rússia, que o Brasil vive hoje uma situação “engraçada”, em referência à crise política. O senador considerou a declaração uma tentativa de desmoralizar as investigações das comissões parlamentares de inquérito que apuram denúncias de corrupção no governo federal e pediu respeito ao trabalho dos parlamentares.

## Antonio Carlos repele ataque à CPI dos Bingos



Antonio Carlos

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou, ontem, o ministro Jaques Wagner, do Gabinete de Coordenação Política e Articulação Institucional, por haver anunciado a intenção do governo de mover ação contra a CPI dos Bingos, que funciona no Senado.

– Em vez disso, ele devia procurar o presidente Lula para tentar mudar os rumos do roubo do governo. Este é um governo que rouba sem parar – afirmou.

## Goellner pede aplicação da Cide em transportes



Goellner

Gilberto Goellner (PFL-MT) cobrou ontem do governo a aplicação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em infra-estrutura de transportes. A seu ver, o país pode sofrer um “apagão logístico”, a exemplo do apagão energético verificado em 2001, caso o governo não reverta a situação das rodovias.

Goellner condenou o desvio do tributo, que foi utilizado para garantir o superávit primário e em gastos com pessoal.

Senador considera que o surto de aftosa no gado bovino de Mato Grosso do Sul é resultado de descaso do governo federal e prevê crise na economia do seu estado

# Tebet cobra do governo soluções urgentes para pecuária brasileira

Ramez Tebet (PMDB-MS) espera que o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, compareça ao Senado e discuta com os senadores soluções para minimizar os efeitos da crise que o surto de febre aftosa tem causado à economia do país. Ele lembrou que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou requerimento convidando o ministro para esclarecer o assunto.

O senador criticou o descaso do governo, prevendo que Mato Grosso do Sul, por ser o maior estado produtor de gado do país,



Tebet critica o corte de recursos destinados à vacinação contra aftosa

deverá sofrer um choque em sua economia. Para Tebet, o contingenciamento de recursos destinados à vacinação contra aftosa é

## Para Motta, produtores rurais estão abandonados no interior do país

Para o senador João Batista Motta (PSDB-ES), a responsabilidade pelo foco de febre aftosa surgido em Mato Grosso do Sul é do governo federal. Em discurso ontem, ele opinou que o governo não tem política para o homem do campo, nem políticas de preços para a pecuária e para a agricultura.

– Dentro de poucos dias vai acontecer a “aftosa” do arroz, do milho e da soja – comparou, dizendo que os produtores estão abandonados no interior do país.

O senador disse que os produtores de gêneros alimentícios estão por conta das grandes redes de supermercados, como o Carrefour e o Wal-Mart que, afirmou, “compram os produtos por qualquer valor e os revendem pelo preço que querem, sem interferência do governo, e mandam depois os lucros para fora do país”. Da mesma forma, a soja e outros grãos estariam nas mãos de multinacionais como a Cargill e a Bunge. O parlamentar afirmou ainda que o leite estaria nas mãos

“uma negligência absurda”.

### Referendo

Tebet revelou que votará contra a proibição da venda de armas no Brasil, no referendo de domingo, e criticou a argumentação dos que defendem o voto “sim”, a favor do impedimento. Para ele, não passa de truque a insinuação de que votar “sim” significa a solução do problema da violência.

A proibição da venda de armas, disse, vai prejudicar apenas a população pobre e a classe média. Os ricos blindarão seus carros e contratarão empresas de segurança para protegê-los, afirmou.



O governo não tem política para a agricultura, afirma João Batista Motta

da Nestlé e outras empresas que compram o produto por R\$ 0,20 e o revendem por R\$ 2,00.

Motta recebeu apoio, em apartes, dos senadores pelo PFL da Bahia, César Borges e Antonio Carlos Magalhães.

## Juvêncio anuncia adesão de 93 sindicatos ao “não”

Em discurso ontem, o senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), vice-presidente da Frente Nacional pela Legítima Defesa do Cidadão,



Juvêncio

registrou o recebimento de manifesto do Fórum Sindical dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul a favor do voto “não” no referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição. O fórum, informou, representa 93 entidades sindicais.

## “Não” beneficia mais os ricos, afirma Sibá Machado

Sibá Machado (PT-AC) afirmou ontem que o voto “não” no referendo sobre a proibição da venda de armas beneficia os mais ricos, que têm recursos para se armar.



Sibá

Em apartes, Roberto Saturnino (PT-RJ), César Borges (PFL-BA) e Cristovam Buarque (PDT-DF) criticaram o “não”. Já Heloísa Helena (PSOL-AL) alertou para o risco de se analisar a questão de forma maniqueísta. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), por sua vez, registrou sua posição pelo “não”.

## Magno Malta defende voto “sim” no referendo

Em nome da liderança do PL, Magno Malta (ES) defendeu o “sim” no referendo e conclamou os brasileiros cristãos a também votarem



Magno Malta

a favor da proibição da venda de armas e munições. O parlamentar entende que o desarmamento pode ajudar a combater crimes passionais ou por motivo fútil.

Em aparte, João Batista Motta (PMDB-ES) observou que o Estatuto do Desarmamento já impede o cidadão comum de andar armado.



Bornhausen: partido contesta representação no Conselho de Ética

## Bornhausen lê nota do PFL em defesa de Onyx Lorenzoni

Jorge Bornhausen (PFL-SC) leu ontem nota do seu partido defendendo o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), que tem contra si uma representação no Conselho de Ética da Câmara. A representação, feita pelo PT, pede a cassação de Lorenzoni sob a justificativa de ter ele divulgado dados do sigilo bancário do deputado José Dirceu (PT-SP) e de acusá-lo de haver feito um empréstimo junto ao PT que não teria sido devidamente declarado para fins de Imposto de Renda.

Na nota, o PFL sustenta que Lorenzoni não cometeu nenhuma irregularidade e nega que ele tenha divulgado informações sigilosas. O Partido da Frente Liberal alega ainda que a atitude do PT tem como objetivo desviar a atenção pública dos escândalos.

## Suplicy analisa reação do PFL à representação do PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou nota lida ontem pelo presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), defendendo o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), que está sendo processado pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

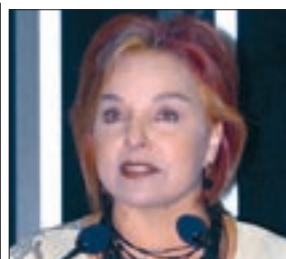
Suplicy referiu-se a discurso anterior, em que Bornhausen mencionou o PT como “raça”, e ressaltou a importância da distinção entre pessoas e instituições partidárias.

– O PT nunca atacou diretamente instituições, seja o PFL ou outros partidos.

O senador afirmou que Bornhausen agrediu diretamente o PT e não apenas os petistas que se envolveram nos atos ilícitos que estão sendo apurados pelas CPIs.



Suplicy: Bornhausen agrediu os petistas e também o PT



## Iris responsabiliza Estado pela violência a que os cidadãos estão submetidos

O recente confronto entre torcidas organizadas em São Paulo, que resultou na morte de três jovens entre 23 e 26 anos, levou Iris de Araújo (PMDB-GO) a clamar pelo direito à liberdade plena dos cidadãos.

Mas os casos de agressão registrados no futebol foram citados pela senadora apenas para ilustrar o quadro de violência maior a que os brasileiros estariam submetidos no dia-a-dia.

— Quem pode afiançar que há, de fato, o direito de ir e vir? As famílias estão trancadas em seus lares com medo da ação dos assaltantes e da usina de mortes no trânsito. Após constatar que nem o con-

forto do lar é capaz de libertar os brasileiros da síndrome do medo e do pânico, Iris apontou a parcela de responsabilidade do Estado e pelos entes políticos e econômicos no problema.

## Marco Maciel propõe mudanças na apreciação dos vetos

Marco Maciel (PFL-PE) anunciou a apresentação de proposta para mudar a forma de votação e resolver o problema do acúmulo de vetos presidenciais não apreciados (hoje são mais de 500). Em vez de serem votados em sessões do Congresso, os vetos seriam analisados em separado pela Câmara e pelo Senado, o que aceleraria o processo e, conforme o senador, garantiria uma maior segurança jurídica ao país.



Marco Maciel: mais de 500 vetos estão à espera de apreciação pelo Congresso

## Zambiasi relata reunião com ministro de energia

O presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), fez relato da reunião de integrantes do grupo com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, realizada na terça-feira.

Rondeau, segundo Zambiasi, expressou disposição de viabilizar o carvão como importante fonte energética brasileira.



Zambiasi: na reunião, o ministro recebeu documento com propostas do setor

Senador teme por instalação de bases militares norte-americanas na Colômbia e no Paraguai, próximo às fronteiras brasileiras, e lamenta o desmatamento e a seca na Amazônia

## Cristovam alerta para problemas que ameaçam a soberania do país

Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou a atenção para problemas que, segundo ele, ameaçam a soberania do Brasil. Ele destacou a segurança nacional, a excessiva concentração de renda, o déficit educacional, o atraso científico e a baixa competitividade econômica como questões que precisam ser resolvidas com urgência.

O senador advertiu que a soberania nacional começa a ser ameaçada por bases militares estrangeiras instaladas próximo às fronteiras do Brasil, como as bases norte-americanas na Colômbia e no Paraguai. Quanto à



Concentração de renda e déficit educacional preocupam Cristovam

exclusão social, avaliou que a alta concentração de renda é praticamente um “genocídio coletivo”

da população mais pobre.

Cristovam também indicou a precariedade do sistema educacional público, em que os professores são mal pagos e mal preparados e as escolas mal equipadas, como outro problema que trará prejuízos ao país. Como consequência, apontou o atraso do Brasil na pesquisa científica e a perda de competitividade do produto nacional frente ao importado.

O senador lamentou ainda o intenso desmatamento da Amazônia e a seca que assola a região Norte.

## Saturnino vê inversão de prioridades no governo Lula



Saturnino afirma que governo coloca investimentos sociais em segundo plano

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) criticou a inversão de prioridades no atual governo, que privilegiaria o pagamento de juros em detrimento de investimentos sociais, e cobrou políticas públicas para diminuir o fosso das desigualdades sociais no país. O parlamentar considerou fundamental a participação do

Congresso no restabelecimento das prioridades pelo governo.

Saturnino condenou gastos anuais de R\$ 150 bilhões com pagamento de juros e destacou a educação entre os setores que deveriam absorver os investimentos prioritários para a mudança na estrutura social do país.

## Patrícia Saboya defende novas regras para eleições

Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE) defendeu a necessidade de adoção de novas regras para as eleições de 2006, apesar da dificuldade de um acordo em torno da reforma política. Como o prazo para mudanças via projeto de lei expirou no dia 30 de setembro, ela considerou a possibilidade de introduzir “medidas de austeridade” no pleito por meio da aprovação de proposta de emenda à Constituição.



Patrícia Saboya

## Almeida Lima anuncia que é pré-candidato em Sergipe

Almeida Lima (PMDB-SE) anunciou que já apresentou seu nome como pré-candidato ao governo de Sergipe e comemorou a formalização da pré-candidatura do ex-governador Anthony Garotinho à Presidência da República em 2006, pelo PMDB. Ele destacou decisão da convenção nacional do partido de apresentar candidaturas próprias para os Executivos federal e estadual.



Almeida Lima



Alberto Silva: batalha do rio Jenipapo deveria ser conhecida pelos brasileiros

## Alberto Silva comemora data histórica do Piauí

Alberto Silva (PMDB-PI) destacou a comemoração, ontem, do Dia do Piauí, referindo-se à batalha travada entre brasileiros e portugueses, às margens do rio Jenipapo. No confronto, cerca de 500 brasileiros morreram em defesa da Independência do país, proclamada em 7 de setembro de 1822. O senador considerou importante que os brasileiros conheçam esse capítulo da história e cumprimentou os piauienses pela passagem da data.



Fátima Cleide informa que movimento é preparação para a 2ª Marcha Nacional

## Fátima Cleide apóia pleito da CUT por melhor salário

Fátima Cleide (PT-RO) informou ao Plenário que membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT) vêm percorrendo gabinetes parlamentares para apresentar a Agenda dos Trabalhadores, com prioridades da entidade. Trata-se de uma preparação para a 2ª Marcha Nacional em defesa do salário mínimo e da redução da jornada de trabalho.

## Lobão indica filme sobre brasileiros imigrantes presos

Edison Lobão (PFL-MA) sugeriu o atendimento ao convite do presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, senador Marcelo Cri-

vella (PMR-RJ), para que parlamentares e demais pessoas assistam gratuitamente ao filme *A Fronteira*, que será exibido hoje, no Auditório Petrônio Portella, no Senado,

às 12h.

A película trata dos bastidores das operações ilegais de emigração de brasileiros para os Estados Unidos e da vida dos que estão presos

depois que atravessaram aquele país pela fronteira do México.

O filme será exibido em *avant-première*, e a direção é do cineasta Roberto Car-

minatí, que recrutou artistas entre os próprios brasileiros imigrantes que hoje residem legalmente no país norte-americano, conforme registrado no convite.